

DIRETAS JÁ: DA INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA ÀS GRANDES MANIFESTAÇÕES DE RUA

Diretas Já: from political institutions to massive protests

Christiane Jalles de Paula

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-8955-5576>

Lattes <http://lattes.cnpq.br/5761320624136237>

Gustavo Paccelli

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Orcid <https://orcid.org/0000-0001-6458-869X>

Lattes <http://lattes.cnpq.br/8469347425037002>

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as condições que fomentaram o surgimento das *Diretas Já* no Brasil. Argumentamos que o movimento foi articulado por atores políticos e por segmentos da sociedade civil organizada, fruto de estratégias políticas que propiciaram as mobilizações populares em prol das eleições diretas para presidente. Defendemos ainda que quem catalisou e sustentou o movimento das *Diretas Já* foram os partidos de oposição ao regime militar, com destaque para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com isso, não queremos dizer que a campanha foi uma simples estratégia partidária, uma vez que o movimento tomou corpo a partir da intensificação das interações e conexões do sistema político com variados setores sociais que já protestavam contra o governo. No entanto, fundamentado em teorias de ação coletiva que definem tais ações como esforços coordenados baseados em interesses comuns, conclui-se que as *Diretas Já* representaram um movimento de massa em que lideranças políticas coordenaram a participação de uma ampla gama de atores na criação de repertórios de protesto e na exploração de oportunidades políticas, independentemente dos desdobramentos da Emenda Dante de Oliveira.

Palavras-chave: Ação coletiva; Movimentos Sociais; Diretas Já; Regime Militar; Redemocratização

Abstract

The aim of this article is to analyze the conditions that led to the emergence of *Diretas Já* in Brazil. We support the hypothesis that the movement was articulated by political actors and segments of organized civil society, the result of political strategies that led to popular mobilizations in favor of direct elections for president. We also argue that those who catalyzed and sustained the *Diretas Já* movement were the opposition parties to the military regime, especially the Brazilian Democratic Movement Party



(PMDB). By this, we do not mean that the campaign was a simple party strategy, since the movement took shape from the intensification of the political system's interactions and connections with various social sectors that were already protesting against the government. However, based on theories of collective action that define such actions as coordinated efforts based on common interests, we conclude that *Diretas Já* represented a mass movement in which political leaders coordinated the participation of a wide range of actors, creating repertoires of protest and exploiting political opportunities, regardless of the consequences of the Dante de Oliveira Amendment.

Keywords: Collective action; Social movements; Diretas Já; Military regime; Redemocratization

Introdução

As *Diretas Já* surgiram e pereceram com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº5/1983, também conhecida como emenda Dante de Oliveira. A emenda propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e foi derrotada na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984. Na ocasião, a proposta constitucional não alcançou o número mínimo de dois terços da casa legislativa (320 votos). Foram contabilizados 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções. Além disso, 112 deputados não compareceram à sessão. Apesar de ter sido derrotada no campo político-institucional, não é incorreto dizer que as *Diretas Já* foram um grande sucesso e modificaram o curso da redemocratização brasileira. A grande participação popular e a união das oposições políticas e de setores da sociedade civil aceleraram a abertura, até então lenta e gradual, conduzida pelos governos militares.

As *Diretas Já* foram um movimento de protesto que exigia direitos e reivindicava a democracia tanto como um objetivo como um meio (Jasper 2016). Para compreendermos essa dupla dimensão, é necessário responder à seguinte questão: quais foram as condições que permitiram o movimento das *Diretas Já*? Nosso argumento é de que as *Diretas Já* surgiram devido à abertura de estruturas de oportunidade política, as quais são arenas que permitem a emergência de certos tipos de protestos (Tarrow 2009; Jasper 2016). No caso em tela, as estruturas de oportunidade política foram: a Câmara dos Deputados e as ruas de várias cidades brasileiras, os palcos das manifestações populares. Dois atores aproveitaram as janelas de oportunidade políticas: a) a institucionalidade política de oposição ao regime militar, especificamente o Partido do Movimento



Democrático Brasileiro (PMDB), e b) os movimentos sociais, que, a partir da década de 1970, ganharam cada vez mais visibilidade na vida política e social brasileira.

Além das considerações iniciais e da conclusão, o artigo está dividido em três tópicos: no primeiro, apresentamos o quadro interpretativo criado pelo PMDB na Câmara dos Deputados para fundamentar o confronto político da oposição com o regime militar; no segundo, analisaremos as estratégias do PMDB para obter o apoio dos outros partidos políticos de oposição e de segmentos da sociedade civil organizada; no terceiro tópico, analisaremos a estrutura de mobilização organizada pela institucionalidade política que propiciou os recursos e propaganda para a realização das manifestações de rua das *Diretas Já*.

1. O quadro interpretativo construído pela institucionalidade política

A campanha das *Diretas Já* se desenrola em um contexto de transição democrática no Brasil (Keck 2010; Moisés 1989). O regime ditatorial instaurado em 1964 já sinalizava a sua queda, sofrendo significativas derrotas tanto no sistema político institucional quanto na sociedade civil organizada (Sader 1988; Scherer-Warren 1987; Holston 2008). A mudança do jogo político se deu, principalmente, por uma crise provocada pela ampliação no número de atores que integravam a arena política (Rodrigues 2003). À desagregação política e econômica do país somava-se um conjunto de escândalos e impasses: impermeabilidade no que tange ao diálogo com as oposições; o fracasso das negociações com o congresso; escândalos financeiros; forte erosão da credibilidade do governo, principalmente no campo econômico; atritos entre o presidente e o vice; crise econômica em ascensão e insistência numa política salarial impopular, a qual colocava os parlamentares da base aliada em situação difícil, foram ingredientes para que o governo Figueiredo fosse derrotado (Rodrigues 2003).

O quadro interpretativo que viera ser o construtor de bases para a atuação conjunta de diversos setores na sociedade foi o seguinte. Primeiro, havia uma crise de Estado e de regime, tanto quanto de governo, que se deu como consequência de um processo de formação e expansão do aparelho do Estado concomitante ao processo de



instituição de um sistema econômico industrial altamente diversificado, mas desigual. Neste contexto, houve processos socioestruturais que alteraram a feição da sociedade brasileira, promovendo uma diversificação da estrutura produtiva, provocando profundas alterações na estrutura social, como aumento da urbanização e mudanças na estrutura ocupacional. A intensa mobilidade social ocasionou um crescimento relativo e absoluto do contingente de pessoas ligadas à indústria em transformação (Bertoncelo 2009).

Em segundo lugar, ainda de acordo com Bertoncelo (2009), o desenvolvimento econômico possibilitou a formação de novas formas de luta a partir dos anos 1970. Concomitantemente, o colapso do trabalhismo, na clássica visão do Estado Varguista, vinha sendo confrontado pela ampliação da autonomia política de várias camadas sociais provenientes do surto associativista da década de 1970. Os efeitos dessa modernização vieram compor profundas alterações na estrutura social, com modificações no processo de construção de identidades coletivas e nos padrões associativos de diversas camadas sociais. Uma nova dinâmica grevista e associativa entre as camadas médias e operárias emergia formando as bases do associativismo civil que vinha conquistando espaços com o novo sindicalismo (Boschi 1986, Boschi 1987; Doimo 1995; Holston 2008; Sader 1988; Scherer-Warren 1987) e os diversos movimentos sociais e juventude ao fim do regime militar (Sevillano 2010).

Em terceiro, o triunfo eleitoral do PMDB nos anos anteriores (Carvalho 2012; Keck 2010) fizera o partido se pensar enquanto oposição e o articulador de um processo de transição democrática que postulasse as eleições diretas. As eleições de 1974 já apontavam para um processo de abertura que sufragava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), impulsionando a sua organização em torno da transição (Bertoncelo 2009). O PMDB, que sucedera ao MDB com a volta do pluripartidarismo, enquanto propositor de um processo de mudança institucional, iria ver nos diversos setores da sociedade mobilizada a possibilidade de angariar força política em torno de uma demanda unificada: a volta da democracia. De certa maneira, a sociedade se articulava em prol de uma mudança que a colocava como protagonista do processo, ainda que este necessitasse de uma articulação da político-institucional em traduzir e mobilizar essas demandas. O



sentimento pela volta da democracia era difuso e a possibilidade dessa construção passaria também pela dinâmica institucional.

Durante 1983, a situação se desenhou em torno de diversos atores políticos situados em diferentes espaços de ação. Diante da perspectiva de ampliação do alcance do conflito sucessório, algumas opiniões apontavam para três desfechos possíveis: a *continuidade*, onde a escolha dos nomes se daria pelas disputas internas ao partido que era base do governo (Partido Democrático Social - PDS), em confluência ou não com a coordenação do presidente Figueiredo, e culminaria no colégio eleitoral; a *negociação*, em que haveria um processo de negociação entre membros do governo e do PDS e parte da oposição, a qual se daria também no Colégio Eleitoral; e a *ruptura*, através da qual poderia se tornar viável as eleições diretas em 1984 (Rodrigues 2003).

Não havia consenso no Congresso sobre essas demandas. De certa forma, a crise e a ampliação da arena política dividiam o sistema político em duas tendências. De um lado, as forças do regime, composta por atores ligados ao PDS, os quais, na figura de Aureliano Chaves, traziam o foco de pressão em torno da “coordenação” por meio do envio de uma emenda alternativa ao Congresso que garantisse a “transição”. O objetivo era fazer refluir o conflito à sua dimensão institucional com vistas a superar o regime através de sua própria institucionalidade, incorporando parte dos atores políticos a ele ligados. De outro lado, a força das oposições, que aglutinava os anseios de inúmeros atores sem representação no sistema político com um investimento na *ampliação da emergência da situação societal do conflito*, onde, a tentativa de derrotar o regime, passaria pela quebra do seu principal mecanismo de referendo, o Colégio Eleitoral (Rodrigues 2003).

No campo político-institucional, a origem da campanha das *Diretas Já* está vinculada à legislatura iniciada em fevereiro de 1983 e aos posicionamentos cada vez mais incisivos do PMDB, que configuraram um bloco de oposição. Logo na abertura dos trabalhos legislativos, na Câmara, no dia 2 de fevereiro, Freitas Nobre, líder do partido, anunciou a convocação de uma assembleia nacional constituinte como a solução para a



crise nacional (Leonelli and Oliveira 2004). O líder do PMDB dava o primeiro passo no acirramento da tensão entre Legislativo e Executivo. Daí em diante, a formação de um “bloco de oposição” na câmara ganhou contornos cada vez mais delineados. O PDS possuía individualmente a maior bancada, 235 deputados. A oposição, com os seus 244 deputados, vivia dividida em diversos agrupamentos. Na ocasião, o PMDB, que tinha 200 deputados, procurou, sem sucesso, assegurar que Freitas Nobre fosse escolhido para a presidência da casa legislativa. Entretanto, a escolha consensual foi o nome de Flávio Marcílio (PDS). O passo seguinte dado pelo PMDB ocorreu em março, quando a bancada do partido aprovou a primeira proposta de realização da campanha pelas *Diretas* (Leonelli and Oliveira 2004).

A PEC nº5/1983 foi apresentada por Dante de Oliveira. Contando com a assinatura de 176 deputados e 23 senadores, a emenda tinha como objetivo a modificação do artigo da Constituição de 1967 que instituía a via indireta para a eleição do presidente, demais cargos executivos e 1/3 do Senado. A proposta propunha o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcava para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente. Freitas Nobre encampou a proposta, bem como o diretório nacional do PMDB que, em abril, deliberou promover um plano de mobilização do partido em torno do documento (Leonelli and Oliveira 2004). Formava naquele momento a comissão responsável para seguir adiante com a luta pelas eleições diretas. De acordo com Leonelli e Oliveira (2004), o primeiro documento da campanha das *Diretas* não foi público. Tratava-se de uma espécie de ata. A proposta era que esse documento fosse encaminhado à direção do PMDB, que assumiria sua operacionalização. Dentre as questões debatidas pelo documento, chama a atenção os títulos que tratam das observações gerais (Quadro 1) e da estrutura da campanha (Quadro 2):

Quadro 1 – Observações gerais

- 1) O grande objetivo da campanha: conquista de um governo legítimo de confiança nacional capaz de realizar a transição para a democracia e que teria como tarefa primeira a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte;
- 2) Necessidade de fixar a ideia da semelhança com a campanha da anistia;
- 3) *A proposta nascendo no Congresso nacional viabiliza a participação das bancadas oposicionistas no processo sucessório e no grande jogo das*



- negociações em torno do processo sucessório;*
- 4) *Estabelecer sempre a comparação entre as eleições diretas para presidente da República e para governadores dos estados;*
 - 5) *Ampla participação popular;*
 - 6) *Baixo índice de abstenção e de votos nulos*

Quadro 2 - Estrutura da campanha

- 1) *O lançamento da campanha será em grande ato público no Congresso Nacional, com a presença de todos os governadores, congressistas, líderes de bancadas estaduais, presidente de Diretórios Regionais, presidentes de todos os partidos de oposição, representações sindicais, estudantis e comunitárias;*
- 2) *Criação de um organismo nacional (com representação de todos os Estados) para coordenação da campanha;*
- 3) *Criação de comitês suprapartidários em todo o país (regionais, municipais e distritais) para implementação da campanha;*
- 4) *Orientação às bancadas estaduais e municipais do partido;*
- 5) *Pronunciamento de parlamentares e personalidades, enfatizando a importância da campanha;*
- 6) *Presença itinerante das grandes lideranças do partido por todo o país;*
- 7) *Produção profissional do material de divulgação da campanha, em linguagem popular, para servir de estímulo ao trabalho das bases partidárias.*

Fonte: LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 88. (grifo nosso)

É notório atentar que a dificuldade de estabelecer diálogo em torno do processo de transição que marcasse um consenso entre partidos da base do governo e oposição encontrou no lançamento da campanha pelas *Diretas Já* apelo popular em um momento de grandes dúvidas e receios sobre a situação do país. Os governistas não aceitavam a hipótese das eleições diretas para presidente, ao mesmo tempo, rejeitavam a ideia de reeleição do presidente João Figueiredo. Simultaneamente, a campanha oposicionista começava a ampliar-se. Governadores do PMDB divulgaram uma declaração conjunta em que pediam ao Congresso eleições diretas para a presidência. Contudo, a heterogeneidade da base oposicionista também dificultava fechar questão em torno de determinados temas e poderia, porventura, diminuir a formação de um bloco conciso. Convencer as lideranças que formavam a base do governo era tarefa árdua. A saída, porém, era fazer com que a campanha ganhasse a sociedade civil, dado o momento de insatisfação popular pelo qual o governo atravessava. Para isso, a organização da campanha e a possibilidade de construir uma capilaridade local eram a pedra de toque do



movimento.

Paralelo a isso, desde março de 1983 os partidários no PMDB da Emenda Dante de Oliveira começaram a enviar material para todos os diretórios estaduais do partido. Leonelli & Oliveira (2004) contam que planejamentos regionais, reuniões e ações locais foram desencadeadas antes mesmo de serem examinadas pelo Diretório Nacional. Mas, nesse momento, a ação do partido foi dúbia. Enquanto atores do PMDB tentaram estabelecer uma articulação com a sociedade, outros membros do partido negociavam com o governo em relação à Emenda Dante de Oliveira. Para os partidários da Emenda, o convencimento da maioria parlamentar não se mostrava fácil. Não obstante, o apoio de que o Congresso necessitava para dar início à derrocada do regime estava na possibilidade de angariar apoio amplo da sociedade, com a criação de uma *frente suprapartidária*. Como proposto pelo documento, a criação de um organismo nacional para a coordenação da campanha era uma necessidade imediata. Neste sentido, por mais que se pudesse acreditar no efeito mobilizador da Emenda, a articulação de uma campanha que ganhasse as bases da sociedade aumentaria as oportunidades de sucesso em direção à abertura democrática.

Com efeito, a formação do quadro interpretativo da campanha se daria, em primeiro lugar, pelo sentimento de conquista da democracia na construção de um governo legítimo de confiança nacional. Em segundo lugar, a presença de lideranças políticas nas instâncias locais possibilitaria a estruturação da mobilização em torno da campanha. Importante notar que o peso relativo das lideranças e dos comitês neste processo impulsionou em grande medida as dinâmicas das manifestações. Em terceiro lugar, as estruturas de mobilização partiriam da política institucional, ganhando os diversos setores do associativismo de base e chegando ao público comum. Mobilizar um grande contingente de pessoas que reivindicavam a volta da democracia poderia ser um trabalho fácil, mas necessitaria de coordenação.

2. As estratégias da institucionalidade política para conquistar as ruas



O ensaio inicial ocorrido nos bastidores da política institucional já dava ares de certa concertação com as vozes das ruas. As pesquisas de opinião pública endossavam o apoio popular pela campanha. Em pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em fevereiro de 1983, 74% do eleitorado brasileiro era favorável à eleição direta para presidente da República. Nas capitais, esse percentual subia para 85%. Em comparativo com o mesmo período de 1982 (68%), observava-se um acréscimo de 6 pontos percentuais na aceitabilidade do eleitorado em torno das diretas (Leonelli and Oliveira 2004). De alguma maneira, a tese das diretas ganhava apoio popular. Entretanto, as marcas de questões capitais à conjuntura socioeconômica da época jogavam combustível nos protestos que ocorreriam.

Nos dias 4 e 5 de abril, manifestantes reuniram-se na zona sul da cidade de São Paulo. A onda de protestos foi composta por pessoas comuns mobilizadas em torno do Movimento contra o Desemprego e a Carestia. Houve saques a lojas e supermercados, derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes, com uma passeata que ocupou parte da zona Sul de São Paulo. Junto à onda de saques, os manifestantes entoavam, repetidamente, “temos fome, temos fome”. A origem do protesto estava no acúmulo de problemas ocasionados nos dois primeiros meses daquele ano: a indústria paulista havia demitido cerca de 47 mil trabalhadores; houve cortes de investimentos em obras públicas que estendeu a crise ao setor de construção; e os efeitos da recessão econômica somavam-se ao avanço no custo de vida com a inflação oficial alcançando 15% no mês de março. De acordo com Matheus Silva, diversos desempregados que formaram uma fila em frente à fábrica Ki-Refresco S.A. em Santo Amaro ficaram furiosos ao saberem que o que os levava até ali, a existência de empregos na fábrica, não passava de boatos. Em consequência, partiram para o Largo 13 de Maio encontrando-se com outros manifestantes e, ao invés de se dispersarem após os diversos comunicados e palavras de ordem que ocorreram durante a reunião, os manifestantes resolveram fazer uma passeata pelas ruas da região culminando em saques e quebra-quebra (Silva 2017).

Os protestos não se restringiram à região de origem. Eles se estenderam nos dias posteriores, principalmente no dia 5, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, onde o Franco Montoro, governador de São Paulo, estava reunido com os governadores Leonel



Brizola e Tancredo Neves, respectivamente governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Neste evento ocorreu a queda das grades do Palácio, que, nas vozes de Tancredo, resumiu a postura atônita de Montoro ao ocorrido: “preferiu que fossem derrubadas algumas grades a ver sacrificadas algumas vidas humanas” (Leonelli and Oliveira 2004). De certa forma, a afirmação de Tancredo foi na tentativa de conferir legitimidade à postura de Montoro ao delicado momento pelo qual política e a economia do país passavam. Foi também, por outro lado, a tentativa de justificar uma posição democrática frente aos protestos que ganhariam força e apelo ao redor do país.

A situação socioeconômica levava os representantes da política institucionalizada a tentar contornar a crise, elencando prioridades a serem combatidas por meio de diversas “promessas e pedidos de paciência”. Simultaneamente, havia crescente pedido de maior voz ativa. Todavia, os efeitos dos diversos problemas que se encontravam às mãos de resoluções cada vez mais impopulares incorporavam-se à insatisfação da população em torno da condição precária pela qual um contingente de pessoas passava. Certamente, o sentimento de volta à democracia e a possibilidade de participação nos rumos e conduções do poder eram a via de escape para a participação popular. Isto é, insatisfação conjuntural unia-se com a possibilidade de tomar as rédeas da democracia. Participar era, além de um ato cívico, uma decisão sobre o futuro da população.

Não obstante, a política institucionalizada soube compor afinidades com esses anseios populares. A deflagração nacional em torno das oposições partidárias, ao conquistarem importantes posições na arena política, era uma condição importante para dar impulso à campanha das *Diretas Já*. No mesmo dia 5 de abril, a Executiva Nacional do PMDB encaminhou ao Diretório Nacional o documento intitulado “Por um governo de confiança nacional nascido de eleições livres e diretas para presidente da República” (Vilela 1983). O documento preconizava uma saída “consensual, democrática e engajadora” para a crise, que oferecesse à sociedade “um projeto econômico, social, cultural e político”. Em linhas gerais, a crítica feita pelo PMDB se direcionava a um “governo seco de soluções em uma nação ávida de participação”, propondo uma “síntese



propositiva” e um governo de confiança nacional, nascido das urnas, legitimado pelo voto popular, com compromisso fundamental de convocar uma assembleia nacional constituinte livre e soberana na promoção de um novo pacto social e político (Leonelli and Oliveira 2004, 134)

O PMDB foi o principal articulador da campanha ao nível institucional. Dessa forma, é preciso examinar com atenção as diretrizes adotadas por ele. A principal estratégia foi constituir uma ampla articulação política somada a uma intensidade de mobilização social. Tal orientação fica explícita no seguinte trecho do documento:

A campanha deve se desenvolver em uma espiral crescente onde as formações dos Comitês deem-se em atos públicos em locais fechados, prossigam com grandes debates até chegar às manifestações em praça pública. Consideramos de vital importância para esse desdobramento o lançamento Nacional da Campanha pela Eleição Direta para Presidente da República no Congresso Nacional com a presença de todos os governadores oposicionistas, senadores, deputados federais, líderes de bancadas estaduais, presidentes de diretórios regionais, representações sindicais, estudantis e comunitárias. (Leonelli and Oliveira 2004, 114).

Esse trecho deixa bem clara a construção da estrutura do movimento com a criação dos recursos necessários à mobilização popular. Além disso, a articulação do PMDB em torno de uma pauta comum à sociedade civil e ao sistema político significava a possibilidade de dar vazão aos atos públicos como momentos de pressão ao sistema político-institucional. Isso possibilitaria aglutinar os anseios da sociedade, tanto quanto de parte da oposição que possuía interpretações diferentes em relação ao processo de transição. Assim, amalgamar o debate em torno das diretas era uma necessidade para organizar e dar direção ao movimento, ainda que o debate sobre o futuro do sistema político fosse um tanto quanto incerto.

Para assegurar um caminho de volta com menor desgaste possível, o presidente do PMDB Ulysses Guimarães propôs uma primeira linha de roteiro da campanha: o começo pelas cidades pequenas, direcionando-se gradativamente para as capitais mais populosas e, no final, para os grandes centros (Leonelli and Oliveira 2004). Certamente, o próprio deputado, ao delinear tal linha de ação, estava ciente da capilaridade do PMDB



nas instâncias mais locais e, com isso, da facilidade em fechar questão consensual nestes pequenos centros. De certa maneira, evitar o desgaste passaria pelo menor custo possível à dispersão do movimento, caso fosse levado primeiramente aos grandes centros. Neste sentido, colocar nas ruas a campanha das *Diretas Já* gradativamente poderia angariar maior impacto sobre a Emenda Dante de Oliveira, dado o volume do sentimento mobilizado em torno desse grande quadro interpretativo.

A oposição se esgueirava na tentativa de controlar a ofensiva do governo, harmonizando um quadro estratégico: articular os governadores por meio da figura de Ulysses Guimarães. Caso a Emenda não ganhasse grande aceitação no Congresso, o peso dos governadores no apoio à campanha de rua seria necessário para colocar pressão nos deputados e senadores. Neste contexto, a postura que passou a ser tomada a partir de maio de 1983 foi a consideração, por parte do PMDB, de desobediência a qualquer um integrante do partido que contrariasse o compromisso fundamental com as eleições diretas (Leonelli and Oliveira 2004). A partir de então, começou-se a traçar instruções detalhadas e uma orientação política unitária da oposição.

Fechar um plano de ação que ganhasse os anseios da sociedade era uma tarefa importante para barrar a forte investida do governo Figueiredo. Traçar instruções detalhadas foi uma estratégia para o movimento dissolver conflitos internos e tornar a bandeira das diretas ampla. Neste sentido, a coordenação com o núcleo da esquerda, principalmente com o Partido dos Trabalhadores (PT), trazia mais contingente agregativo à campanha devido ao enraizamento social e à capacidade de mobilização que o partido tinha na sociedade. A união se deu em torno de Ulysses e Lula, congregando outros partidos que compunham o quadro legislativo (Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido Comunista Brasileiro - PCB, Partido Comunista do Brasil - PCdoB).

Em documento apresentado à Executiva Nacional naquele mês de maio de 1983, Dante elenca uma lista de 11 providências a serem tomadas. Destacamos as seguintes sugestões: 1) formação de uma aliança com os outros partidos de oposição e com entidades da sociedade civil; 2) redação de documento explicando a campanha para a



nação e para o próprio partido; 3) redação e divulgação de uma Cartilha Popular da campanha, escrita em linguagem simples e de fácil entendimento, direcionado ao trabalhador urbano e rural; 4) calendário do lançamento da campanha em cada Estado, feito de comum acordo com os diretórios regionais e governadores; 5) produção de cartazes, adesivos, de um jornal tabloide informativo, de caráter nacional com tiragem bimensal para unificar a mensagem e a própria campanha e 6) a criação de uma subcomissão de Finanças e Propaganda para angariar recursos (Leonelli and Oliveira 2004). Esta última ação era considerada por eles como fundamental, uma vez que objetivavam uma campanha de caráter nacional e, segundo eles, isso só seria possível com ação de propaganda “abundante e moderna, para aumentarmos ainda mais o sentimento da nação pela solução das eleições diretas” (Leonelli and Oliveira 2004, 153).

Este documento mostra o papel da institucionalidade política na organização e no modelo de tomada de decisão que propiciou as condições para o desencadeamento da campanha das *Diretas Já*. Além disso, o conteúdo informativo transformava o movimento numa campanha a ser construída durante o longo momento em que seria debatida a Emenda Dante de Oliveira nas casas legislativas. Não é por acaso que a ideia de uma campanha precisaria de uma coordenação mais ou menos consistente. Por outro lado, a tentativa de unir diversos setores da oposição caminhava na busca de uma frente que diminuísse as diferenças partidárias e organizasse a campanha em relação à sociedade. Para isso, uma das ações estava em fazer contato com os setores organizados da sociedade civil, haja vista o impacto que o mesmo tinha na composição dos esforços participativos das pessoas comuns. Agregá-los à dinâmica democrática era angariar esforços em torno da abertura política. Neste sentido, o associativismo civil apareceu como importante elemento mobilizador em torno da participação cidadã. Isto é, a ampliação da autonomia política de diversas camadas sociais naquele período detinha afinidade para com estes setores organizados. Um conjunto de pessoas que passaram a demandar direitos de cidadania cada vez mais amplos, os quais eram, por vezes, deixados de lado pelo regime. Além disso, os inúmeros atores sem representação no sistema político convencional



queriam ter voz ativa na condução dos assuntos políticos. Votar era um ato de retomar as rédeas do jogo democrático.

A rigor, a articulação de recursos para fazer a campanha ganhar amplitude nacional foi uma peça importante neste contexto. Durante todo o período militar os setores midiáticos sempre estiveram atrelados ao regime, fosse por efeitos do sistema de concessões, ou pela própria censura (Fantinatti and Moura 2007). Neste sentido, construir a campanha por meio de elementos informativos e cartilhas a serem espalhadas à população era um mecanismo forte de mobilização social. Decerto, a utilização destes mecanismos requeria tempo, recursos e esforços. Para nacionalizar a campanha era preciso construir uma linha de propaganda abundante na qual aumentaria o sentimento nacional em torno das diretas.

A construção do movimento tem grande relação com a forma por meio da qual o sistema político conduziu a dinâmica de mobilização da sociedade. Um sentimento difuso de participação e desejo por eleições diretas seria amplamente explorado pela oposição ao regime. Decerto, há de se convir que a dinâmica da disputa eleitoral também pesava no horizonte de construção da campanha das *Diretas Já*. A crise do regime trazia consigo um conjunto de contradições, as quais dificultavam ao sistema político encontrar justificativas para sua manutenção. O PMDB despontava como o principal ator coletivo dentro dessa disputa. Certamente isso imputava-lhe um caráter mobilizador forte no cenário social e político. Mobilizar, neste contexto, era construir uma campanha que extrapolava as instâncias institucionais e encontrava na rua combustível para a disputa política.

3. A construção da estrutura de mobilização para viabilizar as manifestações de rua

Não existe consenso sobre quando e onde começou a campanha das *Diretas Já* nas ruas. Como podemos observar, protestos contra o regime já estavam acontecendo no Brasil. Aliás, a dinâmica de contestação contra o regime é bem anterior ao próprio período



de crise e do processo de distensão (Maciel 2013). Para Ricardo Kotscho, a primeira manifestação pró-diretas foi no estádio do Pacaembu em 27 de novembro de 1983 (Kotscho 1984). Leonelli e Oliveira alegam que o primeiro comício foi em 15 de junho em Goiânia, no lançamento oficial, realizado pelo PMDB (Leonelli and Oliveira 2004). Essa primeira convocação oficial foi realizada em 9 de junho via correio, com o roteiro de manifestações públicas das *Diretas Já*, assinada por Ulysses Guimarães e Francisco Pinto, secretário-geral do PMDB (Leonelli and Oliveira 2004). Com efeito, a dimensão organizativa da construção da campanha, a partir de junho de 1983, seguiu o cronograma traçado pelo PMDB. Mas, ainda, sem uma articulação com associações, sindicatos e outros setores representativos da sociedade. Neste sentido, o comício em Goiânia acabou sendo mais um balão-de-ensaio com o intuito de observar as repercussões de uma eventual campanha popular que reivindicasse as *Diretas* (Rodrigues 2003).

Com um público de 5 mil pessoas, o ginásio de esportes da Faculdade de Economia da UCG de Goiânia ultrapassou sua capacidade, obrigando os organizadores a realizar o ato do lado de fora, na Praça Cívica, em frente à quadra. De certa maneira, os organizadores não previram a quantidade de pessoas que compareceu ao comício. A pretensão era que fosse um ato moderado, conforme a estratégia adotada por Ulysses de ir comprometendo, gradualmente, os correligionários mais resistentes ao tema das *Diretas* (Leonelli and Oliveira 2004, 165). A intenção de Ulysses sempre foi possibilitar que a tese das diretas ganhasse, gradualmente, as preferências dos políticos da ala governista e setores da sociedade. Até porque tinham deputados do PDS insatisfeitos com Figueiredo, que estavam reforçando o movimento pró-diretas. Esses deputados seriam disputados um a um na tentativa de angariar votos para a votação da Emenda Dante.

Nesse comício, compareceram Ulysses Guimarães, o governador de Goiás Íris Rezende, os senadores Pedro Simon, Humberto Lucena, Henrique Santillo e Mauro Borges, o vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia. Também estiveram presentes os deputados federais Aldo Arantes, Iram Saraiva, Jorge Uequet e Cristina Tavares, além de deputados estaduais de Goiás e vereadores de Goiânia (Leonelli and Oliveira 2004, 166). É importante notar que a característica de eventos organizados em



torno de comícios foi marcante a todo o desenrolar da campanha das *Diretas*, por isso que os recursos e a organização são elementos importantes para compreendê-la. Ainda em junho, aconteceram atos públicos em Teresina (PI) e em São Luís (MA). Certamente, a ênfase da campanha no eixo nordeste-centro-oeste tinha pretensões estratégicas do ponto de vista político-institucional, uma vez que boa parte dos estados do Nordeste eram marcados por forte liderança de deputados do PDS.

Outra forma de mobilização foi a organização de seminários. Em meados de junho, foi realizado um seminário em São Paulo sob o título “PMDB, o salário, o desemprego e a crise”. No dia 20, foi realizado em Cuiabá (MT), na Assembleia Legislativa. Segundo Leonelli e Oliveira, o seminário de São Paulo serviria de referência para o famoso discurso da “Travessia” de Ulysses em agosto. A rigor, a missão que acompanhava o documento convocatório liberava as forças partidárias para dar andamento à campanha, através dos meios que estivessem ao alcance, realizando, no mês de julho, concentrações regionais e caravanas para visitar os municípios (Leonelli and Oliveira 2004, 172). Com efeito, naquele mesmo mês, a formação de uma frente suprapartidária já era quase consenso entre os partidos da oposição (PT, PMDB, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB - e PDT). Lula e Ulysses se encarregaram de buscar a adesão de entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), para integrar os nascentes comitês pró-eleições diretas (Rodrigues 2003, 31).

Em enquete da Folha de São Paulo publicada em 17 de julho de 1983, contava que 76,2% dos entrevistados responderam “sim” à pergunta: o governo e a oposição deveriam iniciar entendimentos para negociar uma saída da crise? Cerca de 40,8% acreditavam ser as eleições diretas para o sucessor de Figueiredo o ponto central desse “entendimento”; enquanto 12,7% preferiam a escolha de um candidato de consenso via colégio eleitoral. A preferência pelas diretas para presidente em 1981 era de 63%, passando para 68% no ano seguinte. Em fevereiro de 1983, atingiu 74%, chegando a 80% em julho do mesmo ano (Rodrigues 2003, 31). De alguma forma, esboçava-se um horizonte propício à intensificação das manifestações em torno das diretas.



Aquele mês de julho foi um pouco turbulento devido a alguns acontecimentos importantes. Primeiro, a tática do governo em estabelecer contatos com os políticos moderados dos partidos da oposição com o intuito de dividir a mesma e legitimar o processo sucessório. Para isso, o governo indicava como possíveis articuladores os governadores Tancredo Neves e Leonel Brizola. Alegava que os dois governadores eram de confiança do Palácio do Planalto, mas advertia que não tomaria a iniciativa de dialogar e que essa busca de entendimento deveria partir do lado adversário. Concomitantemente, a estratégia do PDS foi que, ao invés de se colocar contra as eleições diretas, passou a admiti-la posteriormente como maneira de dar salvo-conduto para a construção de um consenso. Tancredo propunha uma comissão interpartidária que indicasse possíveis nomes de candidatos governistas e da oposição que estariam habilitados a comandar a nação. Sua ideia não prosperou, ainda mais pelo fato de que no núcleo duro do PMDB a tese das eleições diretas para presidente constituía um ponto inegociável. E esse ponto se tornou cada vez mais forte quando Teotônio assume a presidência do partido no lugar de Ulysses, que saiu de licença médica.

O período que se seguiu foi turbulento, com paralisações de petroleiros e metalúrgicos, greve geral e outros protestos dos sindicatos contra a política econômica do governo (Folha de S. Paulo, 8/7/1983). Além disso, o presidente Figueiredo passara por uma cirurgia no coração durante o mesmo período, necessitando, assim, entrar em licença da presidência (Folha de S. Paulo, 18/7/1983). Figueiredo entregava o cargo a Aureliano Chaves, convocando os governadores eleitos pelo PDS para deixar instruções de como eles deveriam agir em relação ao processo sucessório durante o tempo em que permanecesse afastado. O afastamento de Figueiredo aumentou a disputa entre Maluf e Andreazza na busca de votos em torno do processo sucessório. Aureliano, aproveitando o momento, também construía, discretamente, sua candidatura por meio de uma postura mais moderada que buscava agradar militares, empresários e abrir o diálogo com a oposição.



Enquanto isso, Teotônio mobilizava as principais lideranças do partido para a campanha das *Diretas*. Cumpria o planejamento da campanha, procurando diálogo com entidades da sociedade civil, como a OAB e a ABI. Junto a Lula, formulou o convite para que essas entidades se integrassem à campanha. Interessante notar que a presença de Teotônio viria conferir amplitude à campanha mediante a sua articulação frente aos principais setores da sociedade civil. Ademais, a presença de Teotônio na presidência do PMDB trouxe uma discussão importante a respeito do desenrolar da campanha: a convocação, pelo deputado Fernando Lyra, de uma convenção nacional extraordinária que decidiria entre a tese da conciliação e a tese das eleições diretas.

No entanto, o debate em torno das duas orientações acabou sendo atropelado pelos fatos. Greves que vinham ocorrendo no setor petroleiro e metalúrgico influenciaram um protesto organizado nacionalmente no dia 21 de julho. Esse evento ficou conhecido como o Dia Nacional do Protesto. Neste dia, foi convocada uma greve geral, incluindo 35 categorias profissionais e a adesão de 2 milhões de trabalhadores contra o agravamento do arrocho salarial. São Paulo foi o centro da tensão. A polícia militar foi ativada para conter a manifestação na Praça da Sé (Folha de S. Paulo, 22/7/1983). No Rio de Janeiro, a paralisação levou 50 mil pessoas às ruas (Voz da Unidade, 21/7/1983). Outras capitais, como Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, também tiveram protestos. O conjunto de greves que deflagrado desde a década de 1970 dava a força ao movimento trabalhista enquanto agente coletivo no processo de transição democrática. Além disso, em 28 de agosto de 1983, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, era fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O nascimento da CUT representa um acontecimento de suma importância para a compreensão das diversas lutas trabalhistas durante o período, impactando na Campanha das *Diretas* e, posteriormente, na Constituinte de 1987–1988 (Santana 2018).

O Dia Nacional do Protesto teve grande repercussão, mas não obteve grande êxito enquanto greve nacional. Não pelos casos de violência, mas pela própria dificuldade de articular um movimento mais amplo capaz de conduzir um contingente maior de



pessoas às ruas. O que fica claro, porém, é que o Dia Nacional do Protesto representou um importante quadro interpretativo na luta pelas diretas. A greve mudaria os rumos das manifestações públicas com a sua repercussão no governo de Franco Montoro. A posição do governador em relação à campanha das diretas sairia de uma condição controversa no que tange à questão da segurança colocada pelo regime, para um importante articulador em sua organização e difusão da participação.

Como pudemos observar, o quadro interpretativo formado pelo ciclo de greves na década de 1970, juntamente com a formação do associativismo de base em torno, principalmente, da questão do trabalho, teve impacto na maneira como se conduziu a política em torno das negociações entre setor sindical e governo. A crise que assolava o país referente à questão salarial e o desemprego foi um dos motivos das mobilizações no setor trabalhista, sobretudo em São Paulo. Com efeito, atores que faziam parte do sindicalismo, como Lula e Joaquinção, foram líderes importantes na articulação desses setores com a campanha das *Diretas*, não só pelo histórico acumulado em torno dessas lutas, como também pelas relações contraídas com o sistema político institucional. Neste sentido, um dos marcos da conexão entre a campanha, que se desenrolava no âmbito institucional, com as dinâmicas de mobilização nas ruas, guarda uma relação muito forte com a construção do associativismo civil daquele momento.

A articulação entre movimentos sociais, sindicatos e partidos possibilitou a formação de uma ampla frente política em torno das *Diretas Já*. Entretanto, tal articulação envolveu a complexa questão em torno da possível independência de ação dos diversos setores ali concentrados. Como salientado anteriormente, garantir a maior homogeneidade das ações políticas concentraria esforços em torno da demanda por eleições diretas. Sem dúvida, a estratégia comum era aglutinar forças para realizar grandes mobilizações sem deixar de estimular movimentos espontâneos e independentes, assegurando uma certa descentralização e liberdade de movimentos variados e grupos participantes (Leonelli and Oliveira 2004, 234).



Para a institucionalidade, um dos episódios que marcariam essa concentração de esforços seria o discurso *A Travessia*. Neste discurso, o PMDB, por meio da figura de Ulysses, procurou criar o que chamou de um “diálogo aberto com a sociedade” trazendo e construindo em torno de si o apoio da igreja, OAB, ABI, UNE, mulheres e organizações, sindicatos em empresários, as minorias discriminadas, os negros, os indígenas e demais setores marginalizados (Brasil 2012, 301). Seu conteúdo é um plano de ação com etapas e medidas a serem construídas, onde a campanha das diretas seria o caminho, ou a travessia, para uma disputa política posterior. O discurso *A Travessia* foi também uma tentativa de contornar as divisões internas do PMDB, as quais o haviam levado a um sério imobilismo: indicava aos setores moderados do partido as condições para o entendimento com o PDS e os dirigentes do regime, e tentava aplacar os setores mais radicais, com críticas à política econômica e com a exigência de eleições diretas para a sucessão de Figueiredo (Rodrigues 2003; Bertoncello 2007). Com efeito, apesar de a campanha ter ganhado apoio de diversos setores da sociedade, parte dos eleitores ainda considerava a manutenção dos quadros aliados ao regime a saída para a crise.

Todavia, a campanha alcançou outro patamar quando um grupo de governadores oposicionistas articulou recursos que possibilitariam colocar as pessoas nas ruas em grandes manifestações a favor das *Diretas*. Leonelli e Oliveira narram a reunião de governadores em Foz do Iguaçu (Leonelli and Oliveira 2004, 266). Nos dias 15 e 16 de outubro de 1983, Nabor Júnior (AC), Gilberto Mestrinho (AM), Gerson Camata (ES), Wilson Martins (MS), Tancredo Neves (MG), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR) e Franco Montoro, e Cesar Maia, o enviado de Leonel Brizola, decidiram a natureza, a amplitude e dimensão da campanha das *Diretas Já* (Markun 2014, 57). A partir desse encontro, começou-se a trabalhar a viabilidade da campanha nas ruas, as estruturas necessárias para sua construção e mobilização.

De certa maneira, o encontro de Foz do Iguaçu marcaria uma fase importante na campanha das *Diretas Já*. Isso não só pelo teor da manifestação política e da capacidade de mobilizar socialmente os governadores, mas como relativa decorrência da disputa em torno do processo sucessório. A articulação dos governadores produzia uma pressão,



mesmo que indireta, sobre o governo. Fazia supor, ainda, que a participação popular poderia gerar impactos na disputa política. A configuração da mobilização popular recondicionava a dinâmica da disputa política naquele momento, abrindo o tabuleiro do jogo e permitindo articulações amplas sobre os diversos setores da política institucionalizada e da sociedade civil.

A partir de novembro de 1983, o movimento *Diretas Já* começou a ganhar rumos abrangentes. Formou-se um ciclo de protestos que se estenderia até abril de 1984, momento no qual ocorreria a votação da Emenda Dante de Oliveira. Um dos marcos dessa articulação de rua foi o manifesto elaborado pelo governador de São Paulo, Franco Montoro, em 19 de novembro, conhecido como “A nação tem o direito de ser ouvida” (Leonelli and Oliveira 2004, 302). De acordo com Rodrigues, a atuação de Montoro durante a campanha foi, de certa maneira, ambígua, sobretudo referente aos episódios nos quais o mesmo retirou seu apoio à campanha, apostando na solução de consenso. Entretanto, sua importância nos primeiros momentos dessa mobilização de rua foi crucial devido ao aporte estrutural e à articulação com os demais governadores situacionistas (Rodrigues, 2003).

A ampla mobilização popular se deu através da união entre os partidos oposicionistas (PT, PMDB e PDT) e as entidades (UNE, CUT, Conclat e Comissão de Justiça e Paz) que coordenaram o comício no 26 de novembro, em São Paulo, em frente ao Estádio do Pacaembu. Interessante notar que a estrutura de mobilização adotada na maioria dos eventos que ocorreram nas *Diretas Já* guardava estreita relação com a dinâmica de organização dos grandes comícios que foram palco das oposições nas campanhas eleitorais do ano anterior (Kotscho 1984, 13). De princípio, os governos estadual e municipal recusaram-se a fornecer ajuda para a infraestrutura do comício. Uma das alternativas adotadas pelos organizadores foi “passar o chapéu” para recolher, entre os presentes, o custeio dos serviços de iluminação e som. Os convites foram sendo feitos boca a boca, em pontos de ônibus e portas de fábrica. Foram distribuídos mais de um milhão de folhetos pela cidade convocando para a manifestação (Kotscho 1984, 13-14). No entanto, o sucesso da manifestação consolidou as decisões tomadas no encontro de



Foz do Iguaçu. Os comícios passaram a contar com infraestrutura e assim sustentaram números superlativos de participação popular que clamaram pelas *Diretas Já*.

Interessante notar que a mobilização de recursos das *Diretas Já* foi muito parecida com a do *marketing* político das campanhas eleitorais. Como salienta Bertonecelo, a propaganda e a publicidade ocuparam o centro desse processo (Bertonecelo 2007, 63). Com efeito, tal prática se tornou importante no que tange ao desenrolar da campanha das *Diretas* e o efeito de massa que ela passaria a ter a partir do encontro em Foz do Iguaçu. As agências de publicidade e marketing começaram a influenciar diretamente a organização das manifestações e comícios por meio da mobilização de recursos oriundos de prefeituras e governos estaduais peemedebistas (Leonelli and Oliveira 2004, 270-271). O PMDB conseguiu, portanto, garantir os recursos financeiros, de infraestrutura, de recursos humanos e de publicidade das *Diretas Já*.

Entretanto, as ruas foram ocupadas pela mobilização dos segmentos da sociedade civil organizada que se engajaram nas *Diretas Já*. Podemos dizer que a construção do movimento das *Diretas Já* tem uma relação muito grande com o ativismo social no Brasil nos fins de 1970. Decerto, as experiências de base implicavam a formação de uma relação ao nível microsocial que possibilitara a composição de quadros interpretativos importantes na mobilização. Um deles é que a construção de uma campanha que colocasse como pauta a ideia de redemocratização e a realocação da população enquanto ator principal desse processo possibilitava angariar um conjunto de sentimentos que compunham as diversas falas e reivindicações nos comícios. Os repertórios de ação mobilizados em torno dos panfletos e cartazes que se assemelhavam às cédulas eleitorais marcados na opção “eu quero votar para presidente” exprimem, de alguma maneira, esse primeiro quadro interpretativo. O segundo ponto, e aí tem certamente a ver com o impacto de como se construiu o quadro interpretativo maior, diz respeito ao modo como esse sentimento foi traduzido e transformado em ação com a Emenda Dante de Oliveira.



Conclusão

Em uma definição pura e simples, as *Diretas Já* foram um movimento em que vários grupos se reuniram para organizar passeatas, comícios e caravanas, reivindicando o direito de escolher o Presidente da República pelo voto direto (Bertoncelo 2009). Mas, como assinalamos no texto, as manifestações pelas *Diretas Já* foram resultados das interações dos partidos de oposição ao Regime Militar e os múltiplos movimentos sociais que já estavam ativos no Brasil desde a década de 1970. O cenário, marcado por um enorme potencial de mobilização em torno da reivindicação por eleições diretas e, somado à incerteza que projetava os rumos da sucessão presidencial, funcionou para levar multidões às ruas. As *Diretas Já* foi um mecanismo de materialização do sentimento da maioria da população por eleições diretas que vinha sendo gestado na sociedade. A campanha produziu grandes manifestações de rua, geralmente puxadas pelo sistema político institucional. A presença de líderes políticos foi um fator muito importante para o seu sucesso. Com efeito, os recursos mobilizados impactaram a forma e a possibilidade de construção dos diversos comícios, passeatas e vigílias cívicas. Como mostramos, a construção da campanha teve um respaldo muito grande nas jogadas realizadas pelos principais atores do sistema político em torno de mobilizar a população em prol das manifestações. O ampliado espaço de interação entre sistema político e sociedade teve a predominância do sistema político, ator de grande importância nas *Diretas Já*.

Não queremos, contudo, dizer que a campanha foi uma mera manobra das oposições partidárias. Salientamos que grande parte da força de sua mobilização tinha contatos muito estreitos com a institucionalidade vigente. Além disso, parte dos atores políticos envolvidos tinha relação com diversos setores da sociedade civil que vinha de um processo de expansão da autonomia política iniciado anos antes. De alguma maneira, a confluência desses dois movimentos em um quadro interpretativo maior definiu o sentido da campanha. Neste sentido, articulamos aqui como as noções de campanha e recursos foram importantes para compreender a difusão da ação coletiva durante as *Diretas Já*. Entendemos que o impacto da institucionalidade em conduzir o processo



político possibilitou a difusão da ação em diversos momentos. Não foi somente a presença de um documento, a Emenda Dante de Oliveira, que possibilitou a concatenação dos grupos em torno de uma causa maior, mas o apoio dado por parte da classe política na convocação e organização dos atos e comícios através dos diversos recursos que estavam à sua disposição.

Referências bibliográficas

- Bertoncelo, Edison Ricardo Emiliano. 2009. "'eu Quero Votar Para Presidente': Uma Análise Sobre a Campanha Das Diretas". *Lua Nova: Revista De Cultura E Política* (76): 169–96. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>.
- Boschi, Renato. 1986. A Abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 29 (1), 5-24.
- Boschi, Renato. 1987. *A Arte da Associação*. Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais e IUPERJ (coedição), 1987
- Brasil. Câmara dos Deputados. 2012. *Ulysses Guimarães: seleção de textos, introdução e comentários de Luiz Gutemberg*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 299-311.
- Carvalho, Alessandra. 2012. "'democracia E Desenvolvimento" Versus "segurança E Desenvolvimento": As Eleições De 1974 E a Construção De Uma Ação Opositorista Pelo MDB Na Década De 1970". *Varia Historia* 28 (48): 555–72. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000200005>.
- Doimo, Ana Maria. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS.
- Fantinatti, Márcia and Moura, Patrícia Rodrigues de. 2007. A cobertura dada pela Rede Globo ao movimento Diretas já: o que as atuais gerações sabem a respeito? *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Santos (SP), 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.
- Folha de S. Paulo, 8, 18 e 22/7/1983.
- Holston, James. 2009. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Estados Unidos: Princeton University Press, 2009.
- Jasper, James M. 2016. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.



- Keck, Margaret E. 2010. *PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Kotscho, Ricardo. 1984. *Explode Um Novo Brasil - Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Leonelli, Domingos and Oliveira, Dante de. 2004. *Diretas Já. 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Maciel, Aline. 2013. Trajetórias das esquerdas: dissidências, luta armada e ditadura. *Fundação Perseu Abramo*. n.9, ano 7.
- Markun, Paulo. 2014. Farol alto sobre as diretas (1969-1984). São Paulo: BENVIRÁ.
- Moisés, José Álvaro. 1989. “Dilemas Da Consolidação Democrática No Brasil”. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política* (16): 47–86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000100003>.
- Rodrigues, Alberto Tosi. 2003. *Diretas Já, o Grito Preso na Garganta*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- SADER, Eder Simão. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santana, Marco Aurélio. 2018. “CLASSE TRABALHADORA, CONFRONTO POLÍTICO E DEMOCRACIA: O CICLO DE GREVES DO ABC PAULISTA E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO ATUAL”. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política* (104): 19–65. <https://doi.org/10.1590/0102-019065/104>.
- Scherer-Warren, Ilse. 1987. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Sevillano, Daniel Cantinelli. 2010. *Somos os filhos da revolução: estudantes, movimentos sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em História Social. [acesso 2024-06-21].
- Silva, Matheus da. 2017. “Motim De 1983 Contra a Fome E O Desemprego Em São Paulo”. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História 58 (abril). <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2017v58p344-362>.
- Tarrow, Sidney. 2009. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- Vilela, Teotônio. 1983. *Projeto emergência*. [S.l.]: Codecri.
- Voz da Unidade, 21/7/1983.

